INTERESSADO: JOÃO MENDES

ASSUNTO: Equivalência do curso de aperfeiçoamento na Academia de Polícia do Estado de São Paulo ao de Formação de Oficiais da Polícia Militar

RELATOR: Conselheiro Pe. LIONEL CORBEIL

PARECER CEE Nº 3185/75; CSG; Aprov. em 5/11/75

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO: O Sr. João Mendes, brasileiro, casado, Major reformado da Polícia militar do Estado de São Paulo, RE 52.418-2 e RG nº 250.400, residente na Rua Santa Rita nº 10, na cidade de Itu, requer que os seus estudos realizados até e inclusive a série aperfeiçoamento da Academia de Política Civil do Estado de São Paulo, sejam considerados equivalentes à conclusão do ensino de 2º grau.

1.1. O requerente, dirigiu seu requerimento ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, e foi informado de que deveria consultar o Sr. Secretário da Educação de São Paulo a quem, a seguir, encaminhou sua solicitação.

1.2. A Coordenadoria do Ensino Básico e Formal propôs o encaminhamento para o Conselho Estadual de Educação, o que foi confirmado pelo Sr. Secretário da Educação.

1.3. O peticionário, ao se transferir da Faculdade de Sorocaba para a Faculdade de Direito de Itu, onde frequenta o 4º ano, foi convidado pela secretaria da Escola a comprovar que seu certificado de conclusão do curso série aperfeiçoamento da Academia de Polícia Civil teria, para fins escolares, a mesma validade do Curso de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar.

2. FUNDAMENTAÇÃO: Equivoca-se o requerente usando o Decreto-lei estadual nº 217 de 8 de abril de 1970 para fins de comparação e de equivalência de estudos entre o certificado de conclusão da série aperfeiçoamento da Academia de Polícia Militar e o curso de Formação de Oficiais (CFO) da Polícia Militar.

2.1. Este caso é idêntico ao que foi amplamente tratado no Parecer CEE nº 1246/73, de 20/6/73, o qual demonstra claramente que a equivalência de cursos mencionada no Decreto-lei estadual nº 217/70 tem efeito apenas para promoção e transferência de cargos e não para fins de reconhecimento de curso ou de equivalência de estudos.

- Aliás, o Curso de Formação de Oficiais (CFO) da Polícia Militar é considerado de nível superior e exige como condição para inseri-

ção a conclusão do 2º ciclo do curso secundário (Decreto nº 52.575, artigo 29, itera III e artigo 41, item III).

O curso que este Conselho reconheceu como equivalente à conclusão do ensino de 2º grau foi o Curso Preparatório de Formação de Oficiais (CPFO) pelo Parecer CEE nº

2.2. O Parecer 1246/73 analisa o currículo de disciplinas do Curso de Guardas-Civis e Inspetores, à luz da Lei nº 4024/61 e da Lei nº 5692/71, concluindo que não há equivalência com o ensino de 2º grau, que é nitidamente profissionalizante.

2.3. O Parecer acima referido cita na íntegra o curso de Guardas-Civis e Inspetores, o qual se divide em duas seções distintas e se destina exclusivamente ao preparo e treinamento profissional.

A 1ª Seção desdobra-se em três series que, além da formação profissional, ministra algumas disciplinas de educação geral que mais se assemelham ao ensino de 1º grau.

A 2ª Seção divide-se em duas séries, uma de aperfeiçoamento, outra de Especialização. O interessado concluiu somente a série da aperfeiçoamento cujo currículo é composto pelas seguintes disciplinas: 1) Direito Penal, e Direito Judiciário Penal; 2) Legislação da Guarda Civil; 3) Medicina Legal; 4) Criminalística; 5) Português, Redação Oficial; 6) Inglês; 7) Psicologia de Comando; 8) Noções de Organização Militar; 9) Educação Física.

2.4. Como se vê, o requerente, que fez apenas um ano da 2ª Seção, concluiu um curso especificamente profissional sem a parte de Educação Geral de 2º grau exigida tanto pela Lei 4024/61 quanto pela Lei 5692/71.

2.5. Em vista da cultura adquirida pelo interessado nos estudos de 3º grau, parece-nos que teria facilidade em conseguir o certificado de conclusão do 2º grau através de exames supletivos de segundo grau; não há necessidade, pela nova lei, de realizar os de primeiro grau.

II - CONCLUSÃO

À vista do exposto, somos pelo indeferimento da solicitação de equivalência dos estudos realizador por JOÃO MENDES em curso da série aperfeiçoamento de Guardas-Civis e Inspetores, ao nível de conclusão do Ensino de 2º grau.

São Paulo, 15 de outubro de 1975
a) Conselheiro Pe. LIONEL CORBEIL - Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: ALFREDO GOMES, ARNALDO LAURINDO, ERASMO DE FREITAS NUZZI, HILÁRIO TORLONI, JOSÉ AUGUSTO DIAS, LIONEL CORBEIL e MARIA APARECIDA TAMASO GARCIA.

Sala da Câmara do Segundo Grau, em 15 de outubro de 1975

a) Conselheiro JOSÉ AUGUSTO DIAS - Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CEE aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 5 de novembro de 1975

a) Cons. Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães

Presidente